

ATA 672

Aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e vinte e seis, às quatorze horas e quinze minutos, em primeira chamada, reuniram-se em caráter ordinário, na Câmara de Vereadores de Santa Cruz do Sul - Rua Fernando Abbott, 940, os membros do Conselho Municipal de Saúde - CMS, com a presença dos conselheiros titulares: Suelem Silveira Cardoso, Julia Fernanda Rambo, Luis Selmar Queiroz, Andreia Becker, Felipe dos Santos, Darci Benke, Pedro Jercei Marques Correa, Salette dos Passos Faber, Gilberto de Moraes Saraiva, Célia Zingler, Paulo Rogério Lara, Gelso Juaris Batista Job e Janete Jaeger e dos conselheiros suplentes: Cláudia Winck Cunha, Carolina Galan Lima, André Luiz Hinterholz e Luís Fernando Rohde. Presentes, ainda, a assessora contábil do CMS, Nubia Petry Rathke, a Subsecretária da Secretaria Municipal de Saúde – SESA, Aline Cristiane de Lima e a Chefe de Seção de Recursos e Finanças da SESA, Ivanete Mallmann Klein. A Presidenta Célia saudou as conselheiras e os conselheiros presentes, bem como os estudantes do 10º semestre do Curso de Medicina da UNISC. Verificado suficiente o quórum regimental, **primeiro item da pauta**. A Presidenta passou para apreciação da Ata 671, **segundo item da pauta**. Colocada em votação, a **Ata 671** foi **aprovada por unanimidade** pelos presentes. Saudou, ainda, a presença do Sr. Zaneti, representante do STIFA, das servidoras do Município presentes e da contadora Núbia. A Presidenta Célia procedeu às inscrições em Informe e Assuntos Gerais, **terceiro item da pauta**. Foi concedido espaço para manifestação ao primeiro inscrito, o Conselheiro Gelso Job. O Conselheiro Job trouxe à pauta a questão da vulnerabilidade dos agentes de endemias, destacando que estes profissionais estão expostos a diversos riscos em determinados locais da cidade. Relatou que o tema já havia sido levado ao conhecimento do ex-Secretário Rodrigo, ocasião em que foi sugerido que as agentes realizassem as atividades sempre em duplas, com o objetivo de reduzir os riscos, especialmente após o episódio de tentativa de estupro sofrido por uma servidora no Bairro Cohab. Contudo, manifestou entendimento de que não houve mudanças significativas, uma vez que as agentes continuam, inclusive, realizando atendimentos sozinhas, ficando sujeitas a diversas situações de risco, inclusive ataques de cães. Ao final, solicitou um olhar especial da Administração para essa categoria de trabalhadores, a fim de prevenir a ocorrência de situações mais graves. Na sequência, a Conselheira Célia realizou a apresentação da Subsecretária Aline Cristiane de Lima, que, na ocasião, representava a Secretaria Municipal de Saúde na reunião. A Presidenta encaminhou à Subsecretária a questão trazida pelo Conselheiro Job e aproveitou a oportunidade para solicitar esclarecimentos acerca dos índices de dengue no Município, assim como acerca da demora no resultado dos exames. A Subsecretária Aline iniciou sua manifestação cumprimentando os presentes e esclarecendo que a Secretária Denise não pôde se fazer presente, tendo em vista a realização de reunião da CIR no mesmo horário, ocasião em que estaria sendo apresentada aos demais municípios. Na sequência, informou que trouxe os dados constantes no painel da dengue, relatando que, no ano de 2026, o Município registrou 459 notificações, sendo 23 casos confirmados, nenhum óbito, 12 casos atualmente em investigação e 424 casos descartados. Mencionou, ainda, que o Município recebeu recursos oriundos da calamidade para investimentos na área de endemias. Informou que já está em implantação o sistema de ovitrampas, por meio do qual são realizadas coletas em locais específicos com maior incidência de propagação do mosquito da dengue. Esclareceu que a coleta dos ovos possibilitará um estudo mais preciso acerca dos principais focos de proliferação, bem como das estratégias mais adequadas para o seu combate. Ainda, informou que o Município está promovendo a adequação de um laboratório para que a Vigilância possa realizar tais testes. Destacou que, até o presente momento, o Município de Vera Cruz, que possui laboratório especializado no *Aedes aegypti*, vinha auxiliando a Vigilância local. Contudo, esclareceu que, para que o novo laboratório municipal esteja devidamente habilitado e em funcionamento, é necessária capacitação a ser disponibilizada pelo Estado. Com relação à pauta do Conselheiro Gelso, a Subsecretária referiu que esta não é uma preocupação recente. Relatou que, enquanto esteve à frente da Diretoria da Atenção Especializada, no ano de 2025, foi realizada a organização das agentes de endemias de forma que cada profissional atuasse, preferencialmente, no bairro em que reside, com a finalidade de proporcionar maior segurança no desempenho das atividades. Contudo, informou não ter conhecimento de como a questão vem sendo conduzida atualmente pela Atenção Básica,

comprometendo-se a buscar informações e trazer esclarecimentos na próxima reunião. A Presidenta Célia passou a palavra ao segundo inscrito, o Conselheiro Gilberto. Em sua manifestação, o Conselheiro relatou que os trabalhadores, de modo geral, vêm enfrentando dificuldades no que se refere à emissão de atestados médicos nos serviços de atendimento do Sistema de Saúde. Referiu que os usuários comparecem às consultas médicas, independentemente do local de atendimento, e são informados de que não possuem direito ao atestado médico, sendo fornecido apenas comprovante de comparecimento. Contudo, destacou que tais comprovantes não vêm sendo aceitos pelas empresas, o que acaba ocasionando descontos na remuneração dos trabalhadores. O Conselheiro Gilberto acrescentou que o Conselho Municipal de Saúde já havia elaborado Resolução que deveria estar afixada em todos os postos de saúde e demais locais de atendimento pelo SUS, contendo orientações acerca da emissão de atestados médicos. A Presidenta referiu recordar que o assunto relacionado à referida Resolução já havia sido abordado anteriormente, contudo, informou que o documento não foi localizado. Diante disso, sugeriu que, na próxima reunião, seja apresentada nova proposta de Resolução para apreciação e deliberação do colegiado. Após, Célia passou a palavra ao terceiro inscrito, o Conselheiro André Hinterholz. O Conselheiro André informou sobre a legislação atualizada acerca da emissão de atestados médicos, é a Resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM) nº 2.381 de 2024 e sugeriu que seja consultada. Na sequência a Presidenta Célia passou a palavra ao quarto inscrito, o Conselheiro Darci Benke. Darci questionou ainda, como se dá o procedimento para emissão do atestado médico, buscando esclarecer em qual momento o documento deve ser fornecido pelo profissional, se no momento inicial do atendimento, após o encaminhamento para realização de medicação, ou se o paciente deve retornar posteriormente à sala do médico para nova avaliação e emissão do atestado. A Presidenta Célia passou a palavra ao quinto inscrito. O Conselheiro Felipe dos Santos referiu que se trata de um assunto bastante técnico e sugeriu que, para a próxima reunião, haja representação técnica dos locais onde são realizados os atendimentos, tanto das unidades de saúde quanto do hospital. Sugeriu, ainda, a participação de médicos, coordenadores ou responsáveis técnicos, destacando a importância de também ouvir o posicionamento destes profissionais acerca da matéria. A Presidenta Célia passou a palavra à sexta inscrita, Conselheira Andreia. Em sua manifestação, a Conselheira referiu que o assunto já havia sido abordado recentemente em reunião do Conselho, ocasião em que ela e o Conselheiro Felipe apresentaram aos demais conselheiros os relatórios contendo o quantitativo de atestados médicos emitidos nas portas de entrada do Município. Acrescentou, ainda, que, nas UPAs, no Hospitalzinho e no CEMAI, o atestado médico geralmente é emitido no momento da reavaliação médica. Célia passou a palavra ao sétimo inscrito, Conselheiro Pedro. Em sua manifestação, o Conselheiro realizou breve relato acerca do Seminário ocorrido no dia 23 de abril, que teve como temática a cadeia produtiva do tabaco, destacando a presença das Dras. Mônica e Silvia, ambas de São Paulo, as quais compartilharam importantes conhecimentos sobre o tema se referindo na saúde das pessoas fumantes e de quem trabalha no processo produtivo. Informou, ainda, que estão previstos outros dois seminários acerca da mesma temática, sendo um deles no Estado do Paraná, na cidade de Curitiba. A Presidenta Célia mencionou que esteve presente no evento e destacou ter considerado muito relevantes os assuntos debatidos, especialmente no que se refere à abordagem ao fumante e à composição do cigarro. Referiu, ainda, que o STIFA vem atuando, desde a década de 1990, de forma consistente na promoção da saúde do trabalhador e da trabalhadora no Município. Presidenta Célia Zingler seguiu ao **quarto item de pauta**, Conselho Municipal de Saúde - CMS - Participação de conselheiras e conselheiros da revisão dos contratos com o HSC, HBMA e HAN. A Presidenta Célia referiu que, conforme tratado na última reunião, havia sido mencionada a participação de conselheiros e conselheiras na revisão dos contratos com o Hospital Santa Cruz, o Hospital Monte Alverne e o Hospital Ana Nery. Contudo, considerando a ausência da Secretária Denise na presente reunião, questionou se a Subsecretária Aline possuía alguma informação atualizada acerca da comissão. A Subsecretária Aline respondeu que está em andamento tratativa com o Procurador Zanetti para retomar a participação e integrar a comissão responsável pela avaliação e confecção dos novos contratos. Após, a Presidenta Célia solicitou que, tão logo a comissão esteja organizada, a Secretaria traga a pauta para discussão em reunião do Conselho Municipal de Saúde, a fim de possibilitar a contribuição dos conselheiros na construção dos contratos. Presidenta Célia passou

para o **quinto item de pauta**, Conselho Municipal de Saúde - CMS - Atualização sobre os desdobramentos das reivindicações dos médicos do Programa Mais Médicos. Célia questionou se havia alguma atualização acerca da referida questão, ao que a Subsecretária Aline respondeu que o Departamento Jurídico da SESA está em tratativas com a representante do Programa junto ao Ministério da Saúde, Sra. Rute, que está sendo articulada a realização de reunião virtual entre o Prefeito Municipal, a SESA e a referida representante, com a finalidade de esclarecer alguns pontos relacionados à demanda. Na sequência, referiu acreditar que haverá um desdobramento positivo após a realização da reunião, destacando, ainda, que o Conselho será mantido informado acerca dos encaminhamentos. Célia informou, então, que o referido item voltará a ser pautado na próxima reunião. A Presidenta então passou para o **sexto item de pauta**, Conselho Municipal de Saúde - CMS - Estatuto dos Direitos do Paciente. A Presidenta Célia referiu que assistiu a uma live promovida pela Sociedade Brasileira de Bioética acerca do tema relacionado à Lei nº 15.378, de 06 de abril de 2026. Destacou que o Estatuto é bastante relevante para que as pessoas possam compreender seus direitos e deveres na relação estabelecida nos atendimentos em saúde. Na sequência, questionou se algum dos presentes era representante na Sociedade de Bioética. Em resposta, a Conselheira Salete informou que é obrigatória a presença de um membro do Conselho Municipal de Saúde no Comitê de Bioética da Unisc, contudo, referiu não saber quem ocupa atualmente essa função. Ainda, comprometeu-se a verificar a informação junto ao Professor Renato, responsável pelo referido Comitê. Na sequência, a Presidenta Célia prosseguiu trazendo alguns esclarecimentos e detalhes acerca das previsões constantes no referido Estatuto. A Presidenta Célia mencionou que a Câmara de Vereadores possui uma Comissão de Direitos Humanos, diante disso, sugeriu a possibilidade de realização de audiência pública, bem como de provocação da referida Comissão, a fim de verificar o interesse em promover o debate acerca do Estatuto. Referiu que a audiência pública é transmitida pelo YouTube e permanece gravada na TV Câmara, destacando que se trata de importante forma de divulgação e aprofundamento do debate, possibilitando maior apropriação do tema tanto pelos conselheiros e vereadores quanto pela comunidade em geral, especialmente no que se refere ao acesso à informação e ao conhecimento acerca do Estatuto. A Conselheira Salete referiu considerar importante dar andamento à demanda, contudo, destacou que alguns conselheiros já estão envolvidos na organização da 9ª Conferência Municipal de Saúde, razão pela qual sugeriu que outros conselheiros possam se encarregar da temática, a fim de evitar a sobrecarga dos mesmos integrantes. A Presidenta Célia comprometeu-se a conversar com os representantes das Comissões da Câmara de Vereadores, com a finalidade de propor a realização de audiência pública acerca do tema. Célia vai consultar a Comissão de Direitos Humanos e verificar também junto à Comissão de Saúde da Câmara de Vereadores sobre a possibilidade de Audiência Pública. O assunto será pautado novamente. A Presidenta Célia sugeriu que fossem apresentados, inicialmente, os itens 7º e 10º da pauta, considerando que ambos tratam de matérias apreciadas pela Comissão de Finanças. Na sequência, seriam apreciados os itens 8º e 9º. Assim, Célia passou ao **sétimo item de pauta**, Secretaria Municipal de Saúde - SESA - Projeto de lei de abertura de crédito suplementar de R\$800.000,00 para serviço CAS/TEAcolhe na APAE. Foi apresentado pela representante da SESA, Ivanete Klein. Ivanete iniciou sua manifestação informando que a matéria em apreciação refere-se a projeto de lei para abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 800.000,00, destinado à implementação do serviço CAS/TEAcolhe junto à APAE. Referiu que foi publicada, em 11 de março, a Portaria Estadual nº 103, relacionada ao referido programa. Informou, ainda, que foi realizada reunião na qual ficou definido que o início dos atendimentos ocorrerá no mês de maio, sendo que o Estado realizará repasse mensal no valor de R\$ 100.000,00. Esclareceu que será formalizado contrato referente ao projeto estadual CAS/TEAcolhe, o qual tem por objetivo a ampliação da oferta de atendimentos especializados às pessoas com transtorno do espectro autista. Informou, ainda, que os atendimentos serão realizados na APAE e abrangerão pacientes pertencentes à 28ª Região de Saúde. Esclareceu que os repasses financeiros ocorrerão posteriormente à realização dos atendimentos, os quais serão regulados pelo GERCON. Referiu que a meta estabelecida corresponde à realização de 1.200 atendimentos, os quais deverão ser prestados a, no mínimo, 150 usuários. Destacou que a APAE deverá atingir, ao menos, 85% da meta de atendimentos para fazer jus ao recebimento integral dos valores, sendo que, em caso de percentual inferior, o repasse

ocorrerá de forma proporcional. Não havendo dúvidas e com o Parecer Favorável da Comissão de Finanças nº 25/2026, Presidenta colocou em votação o **item sétimo, Secretaria Municipal de Saúde – SESA - Projeto de lei de abertura de crédito suplementar de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) para serviço CAS/TEAcolhe na APAE**, sendo **aprovado por unanimidade**. Presidenta passou ao **décimo item de pauta**, Hospital Ana Nery – HAN - Apresentação do Plano de Trabalho referente à utilização dos R\$ 550.000,00 de emenda de bancada/comissão, publicada na Portaria MS/MG nº 9.412, de 15/12/2025. Foi apresentado pelo Conselheiro André Hinterholz. André iniciou sua manifestação cumprimentando a todos os presentes e informou que trouxe para apreciação do Conselho emenda parlamentar no valor de R\$ 550.000,00, com fundamento na Portaria nº 9.412, de 15 de dezembro de 2025. Esclareceu que a referida portaria contempla plano de trabalho cadastrado junto ao programa InvestSUS, baseado na Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer. Informou que o valor total de R\$ 550.000,00 será dividido entre custeio e implementação de novos serviços. Nesse sentido, relatou que o montante de R\$ 110.000,00 será destinado à ampliação de 15 novos atendimentos na área de quimioterapia, enquanto o valor de R\$ 440.000,00 ficará destinado ao custeio e manutenção dos serviços já existentes. Não havendo dúvidas e com o Parecer Favorável da Comissão de Finanças nº 26/2026, Presidenta colocou em votação o **item décimo, Hospital Ana Nery – HAN - Apresentação do Plano de Trabalho referente à utilização dos R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais) de emenda de bancada/comissão, publicada na Portaria MS/MG nº 9.412, de 15/12/2025**, sendo **aprovado por unanimidade**. Presidenta Célia passou ao **oitavo item de pauta**, Hospital Santa Cruz - HSC - Apresentação dos dias e horários de picos de atendimentos no Pronto Atendimento. Felipe realizou apresentação de slides contendo gráficos e dados relacionados ao panorama dos atendimentos, demonstrando os períodos de maior concentração de procura pelos serviços. Informou que os principais picos de atendimento ocorrem entre 6h e 7h da manhã, bem como no final da tarde, por volta das 19h. Referiu, ainda, que apresentou recorte dos horários considerados mais críticos, destacando o estrangulamento sistêmico verificado especialmente na primeira hora da manhã e no final da tarde. Na sequência, exibiu representação do Protocolo de Manchester, explicando que o sistema utiliza classificação por cores para indicar o tempo estimado de espera conforme o grau de risco de cada atendimento. Destacou que o Hospital Santa Cruz, na condição de pronto atendimento voltado ao recebimento de urgências e emergências, acaba funcionando como referência e ponto de convergência dos demais serviços do Município e da região. Assim, embora haja foco qualificado para os atendimentos de urgência e emergência, o hospital também acaba absorvendo casos de menor complexidade. Felipe aproveitou a oportunidade para apresentar recorte da realidade do Pronto Atendimento no dia 29 de dezembro de 2025 situação que gerou significativa repercussão, inclusive com encaminhamento de pedido de informações do vereador Cleber ao Conselho. Relatou que, naquele dia, no período compreendido entre 19h e 23h, foram registrados cinco casos classificados como muito urgentes em um intervalo de apenas 21 minutos, circunstância que acabou ocasionando maior tempo de espera para os pacientes de menor gravidade. Ressaltou que o HSC prioriza os casos iminentes e de maior gravidade em detrimento dos atendimentos de menor complexidade. Referiu, ainda, que o aumento no tempo de espera gerou descontentamento por parte de uma paciente, a qual acionou o referido vereador acerca da situação. Felipe mencionou que permanece o compromisso contínuo do Hospital Santa Cruz em garantir transparência e apresentar detalhamento técnico de todas as informações relacionadas aos serviços prestados. Destacou, ainda, que o hospital permanece à disposição do Conselho, da comunidade, do Poder Legislativo e do Poder Executivo para prestar esclarecimentos, sanar dúvidas, identificar potencialidades e construir, de forma conjunta, planos de ação voltados à melhoria dos serviços. A Presidenta Célia questionou se, nos horários de pico de atendimento, existe equipe de apoio ou possibilidade de deslocamento de profissionais médicos para auxiliar nos períodos mais críticos e agilizar os atendimentos. Em resposta, Felipe informou que, atualmente, o serviço conta com dois médicos atuando em regime de 24 horas, sendo um destinado à emergência e outro às consultas. Acrescentou, ainda, que há um profissional de reforço atuando no período da manhã até o início da madrugada. Acrescentou, ainda, que o serviço dispõe de diversas equipes em regime de sobreaviso, destinadas a prestar suporte às situações de maior gravidade atendidas na emergência. Informou que há cobertura de sobreaviso nas especialidades vascular, cardiologia,

hemodinâmica, neurologia, urologia e traumatologia. O Conselheiro Pedro Corrêa questionou se os picos de atendimento observados em determinados horários ocorrem de forma esporádica ou se já fazem parte da rotina do serviço. Na sequência a Conselheira Salete referiu que já abordou a temática em diversas ocasiões no CMS, destacando que é necessário compreender que o plantão do HSC é destinado a situações esporádicas e de urgência. Mencionou que, diante do índice de concentração de atendimentos nos horários apresentados, entende que algumas questões precisam ser repensadas conjuntamente pelo Conselho e pela gestão municipal. Destacou que, a partir da apresentação realizada, muitos dos atendimentos registrados poderiam ser absorvidos pela Atenção Básica. Referiu acreditar que parte da população busca diretamente o hospital em razão da expectativa de maior resolutividade, contudo, ponderou que este não seria o fluxo mais adequado, uma vez que compete à rede básica absorver as demandas de menor complexidade. Acrescentou, ainda, que a procura desnecessária pelos serviços de emergência acaba contribuindo para a sobrecarga destes atendimentos. Felipe, em resposta ao questionamento do Conselheiro Pedro, referiu que os picos de atendimento efetivamente ocorrem nos horários do início da manhã e no final da tarde. Explicou que a procura pelos serviços acontece, em grande parte, quando as pessoas acordam apresentando sintomas e buscam atendimento médico, bem como no final da tarde, especialmente após a saída do trabalho ou como por exemplo, cita a saída das crianças das creches, momento em que muitas famílias procuram os serviços de saúde. Célia passou ao **nono item de pauta**, Hospital Ana Nery - HAN - Apresentação dos dias e horários de picos de atendimentos nas UPA Esmeralda, Posto Central, Casa de Saúde Ignez Moraes conhecida como Hospitalzinho e no CEMAI. Foi apresentado pelas Conselheiras Cláudia Cunha e Andréia Becker. A Conselheira Claudia iniciou sua apresentação expondo os números de atendimentos das quatro portas de entrada sob gestão do Hospital Ana Nery. Informou que a UPA Central lidera o ranking de atendimentos, tendo realizado, no ano de 2025, o total de 48.077 atendimentos. Na sequência, apresentou os dados das demais unidades, sendo a Casa de Saúde responsável por 47.904 atendimentos, a UPA Esmeralda por 46.173 atendimentos e o CEMAI por 14.427 atendimentos. A Conselheira Claudia destacou que a UPA Esmeralda apresenta maior complexidade nos atendimentos realizados, registrando maior número de casos classificados como vermelhos. Informou que a unidade conta com serviço de raio-X e é classificada como UPA Porte I, razão pela qual recebe muitos casos relacionados a acidentes, traumatologia e situações cardíacas. Por outro lado, referiu que a Casa de Saúde e a UPA Central concentram elevado número de consultas, atendendo atualmente grande demanda de pacientes classificados nas cores verde e azul, correspondentes a casos de menor gravidade. A Conselheira Claudia informou que o pico de atendimentos nas unidades sob gestão do Hospital Ana Nery inicia no período da tarde, por volta das 15h, intensificando-se entre 17h e 22h. Acrescentou que os períodos de maior demanda ocorrem, especialmente, entre domingo e segunda-feira. Acrescentou que o maior pico no número de atendimentos ocorre entre o domingo no final da tarde e a segunda-feira, período em que a demanda se inicia no domingo à tardinha e se estende ao longo da segunda-feira. Destacou que, diante desse cenário, são adotadas estratégias de dimensionamento e reforço das equipes, inclusive com acionamento de terceiro médico, quando necessário. Na sequência, Andreia apresentou a realidade do CEMAI, informando que foi estabelecido alinhamento com o enfermeiro responsável no sentido de que, sempre que houver mais de 12 crianças aguardando atendimento, a coordenação deverá ser comunicada para avaliação da necessidade de acionamento de terceiro médico. Acrescentou que, a partir do mês de maio, a escala do CEMAI contará de forma fixa com terceiro médico, medida adotada com o objetivo de evitar a formação de filas e reduzir o tempo de espera. Destacou, ainda, que a equipe observou que o atendimento pediátrico possui dinâmica bastante distinta daquela verificada nos atendimentos de adultos. Referiu, ainda, que o atendimento pediátrico é significativamente mais lento e minucioso, exigindo maior tempo de avaliação e cuidado durante as consultas. Andreia referiu que o CEMAI vem enfrentando dificuldades em razão do atendimento de crianças provenientes de outros municípios, em situações como corpo estranho em ouvido, corpo estranho em nariz, fraturas nasais, entre outros casos que, segundo destacou, deveriam ser resolvidos pelos respectivos municípios de origem. Informou que, em parceria com a Prefeitura Municipal, foi definido que, desde o dia 27 de abril, o CEMAI não realizará mais atendimentos de crianças oriundas de outros municípios, ressaltando que a unidade é um serviço de

plantão municipal. Acrescentou, ainda, que foi afixado cartaz informativo fornecido pela Prefeitura comunicando a medida adotada. Mencionou, ainda, que uma proposta anteriormente apresentada pelo ex-Secretário Rodrigo, e que considera bastante viável para os usuários, seria a criação de uma plataforma on-line para disponibilizar, em tempo real, informações acerca da situação dos atendimentos nas portas de entrada, permitindo que os usuários possam verificar qual unidade apresenta menor tempo de espera e maior agilidade no atendimento. A Conselheira Salete agradeceu e parabenizou as apresentações realizadas pelos hospitais e, na sequência, questionou acerca da proposta da atual gestão de construção do CIBS. Referiu que entende ser necessária reflexão acerca da possibilidade de fortalecimento das estruturas já existentes, em vez da criação de um novo prédio e de uma nova estrutura de atendimento. Destacou que a preocupação se dá especialmente pelo fato de que haverá mais um serviço baseado em atendimentos, motivo pelo qual entende importante discutir se esta seria, de fato, a melhor alternativa para o Município. O Conselheiro Darci referiu que seria de grande valia disponibilizar informações acerca da quantidade de pacientes aguardando atendimento, bem como da existência e do número de casos de emergência em cada unidade, possibilitando ao usuário a opção de buscar outra porta de entrada. Destacou que manter essa comunicação com os pacientes é fundamental para melhor organização e orientação dos atendimentos. A Conselheira Claudia referiu que o Hospital Ana Nery já está trabalhando na implementação de painel informativo nas portas de entrada, o qual disponibilizará informações como quantidade de fichas por classificação de risco e tempos estimados de espera, sem divulgação de dados pessoais dos pacientes. A Subsecretária Aline, em resposta ao questionamento da Conselheira Salete, esclareceu que o CIBS iniciará suas atividades com a integralidade de serviços já existentes, mediante parcerias com hospitais, ambulatórios especializados e laboratórios. Informou que, em um primeiro momento, o funcionamento ocorrerá nesse formato integrado. Contudo, destacou que o projeto inicial do CIBS contempla, futuramente, a estruturação de um espaço próprio para atendimento ao público, com especialidades já definidas. A Conselheira Andreia referiu concordar com a colocação do Conselheiro Darci, destacando que a comunicação dos enfermeiros com os pacientes acerca da quantidade de pessoas aguardando atendimento, bem como da existência de casos de urgência, é fundamental para esclarecer os motivos da demora no chamamento da fila e proporcionar maior compreensão por parte dos usuários. Contudo, referiu que, embora haja orientação para que os profissionais atuem dessa forma, muitos ainda demonstram resistência em adotar esse tipo de comunicação com os pacientes. Não havendo mais assuntos a serem tratados, a presidenta agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a reunião. E, para constar, a presente ata foi lavrada, lida, discutida e aprovada, assinada por mim, Suelem Silveira Cardoso, primeira secretária do Conselho Municipal de Saúde e pela Presidenta Célia Zingler.

Presidenta

Secretária Executiva